



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **Procuradoria Geral do Município**

Telêmaco Borba, 12 de novembro de 2025.

Ofício n.º 80/2025 - GP/PGM

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos(as) Senhores(as) Vereadores(as) da Câmara Municipal de Telêmaco Borba,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais membros desta Egrégia Casa Legislativa para comunicar, em conformidade com as atribuições que me confere a Lei Orgânica Municipal (art. 66), a decisão de opor **VETO TOTAL** ao Autógrafo do Projeto de Lei Ordinária nº 065/2025, de autoria dos nobres Vereadores Thiago Talevi Pereira da Silva e Everton Fernando Soares, que "INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL 'APOIO NO ESPECTRO JORDAN TÁRICK' NO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Reconhecemos e louvamos o elevado mérito da proposição e a sensibilidade dos autores para com uma causa de extrema relevância social. A criação de uma política de apoio a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares alinha-se com os valores e objetivos de nossa gestão. Contudo, a análise jurídica aprofundada, realizada pela Procuradoria Geral do Município e anexa a este ofício, revela a existência de vícios de inconstitucionalidade de natureza formal que maculam o projeto em sua origem, tornando-o juridicamente insustentável.

É imperativo esclarecer que os vícios identificados são **insanáveis**, o que significa que eles não podem ser corrigidos ou convalidados por ato do Chefe do Poder Executivo. A sanção presidencial ou, neste caso, a do Prefeito, não possui o condão de "curar" um projeto de lei que nasceu com um defeito de iniciativa. Se o fizesse, o Poder Executivo estaria chancelando uma violação à ordem constitucional, o que resultaria em uma lei passível de ser declarada inconstitucional a qualquer momento pelo Poder Judiciário.

Handwritten signature and initials in blue ink.



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### ***Procuradoria Geral do Município***

Nesse contexto, cumpre destacar que tanto o Chefe do Poder Executivo quanto a Procuradoria Geral do Município possuem o **dever irrenunciável de zelar pela estrita observância da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica Municipal**. Este ato de veto, portanto, não representa uma discordância quanto ao mérito do programa, mas sim o exercício de um controle preventivo de constitucionalidade, uma obrigação funcional para impedir que uma norma em desacordo com a lei maior ingresse no ordenamento jurídico municipal.

As razões que fundamentam esta decisão, de caráter estritamente técnico-jurídico, são as seguintes:

1. **Vício de Iniciativa (Art. 61, §1º, II, 'b' e 'e', da CF):** A matéria tratada pelo projeto—criação de atribuições para Secretarias Municipais, definição de estrutura e funcionamento de um programa público—compõe o núcleo da organização e gestão administrativa do Município. A Constituição Federal, por um princípio de simetria que deve ser obrigatoriamente seguido por Estados e Municípios, reserva a iniciativa de leis dessa natureza exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo. A propositura por parte do Legislativo, portanto, representa uma usurpação de competência.
2. **Violação ao Princípio da Separação dos Poderes (Art. 2º da CF):** Ao detalhar aspectos da execução da política pública, como a composição de equipes multidisciplinares e a periodicidade de atividades, o Legislativo avança sobre a esfera de competência do Executivo, a quem cabe, por excelência, administrar e executar os serviços públicos. Tal ingerência fere a harmonia e a independência entre os Poderes.
3. **Criação de Despesa Obrigatória Sem a Devida Previsão de Custeio:** O projeto, ao criar um novo programa, gera despesas contínuas para o erário, mas falha em apresentar a indispensável estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a origem dos recursos para seu custeio. Esta omissão contraria frontalmente as normas de finanças públicas, especialmente o artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **Procuradoria Geral do Município**

Transitórias (ADCT) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), tornando a proposta fiscalmente irresponsável.

Diante do exposto, e em estrito cumprimento do dever de legalidade, a única medida constitucionalmente cabível é o veto total ao projeto de lei.

Ressaltamos, por fim, nosso total interesse na matéria e nos colocamos à disposição para, em conjunto com esta Casa Legislativa, trabalharmos na elaboração de uma nova proposta, que nasça do Poder Executivo, livre dos vícios apontados e com a devida previsão orçamentária, para que possamos, de forma segura e legal, instituir este importante programa em nosso município.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo a Vossa Excelência e aos demais Edis os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Rulian Neves Martins  
**Procurador Adjunto do Município**



Luis Fabiano de Matos  
**Procurador Geral do Município**



Rita Mara de Paula Araújo  
**Prefeita**

Excelentíssimo Senhor  
**Antônio Siderlei Siqueira**  
**Presidente da Câmara de Vereadores**  
Al. Oscar Hey, nº 99 Centro  
Telêmaco Borba – PR